



Reflexões sobre o Antropoceno e seus desastres através de Quincas Borba

<https://climacom.mudancasclimaticas.net.br/quincas-borba/>

Talita Gantus-Oliveira [1]

Jefferson de Lima Picanço [2]

RESUMO: As discussões em torno da Grande Aceleração, conceito que marca o aumento exponencial da extração de recursos naturais, e do Antropoceno como produto e produtor dos desastres são os temas disparadores do presente ensaio. A atual crise sistêmica é uma consequência direta de um modelo civilizatório insustentável do ponto de vista ecológico. Contudo, a visão homogênea sobre a espécie humana na perspectiva do Antropoceno é, no mínimo, simplificadora. O que a narrativa por trás dos cenários de terra arrasada pode ocultar não somente sobre a construção social do desastre, mas também sobre os caminhos que apontam para saídas alternativas? Visto isso, este ensaio encena uma revisão crítica do Antropoceno, no intuito de reposicionar a ação humana na produção dos desastres não como central, mas como desdobramento de um determinado modo de organização social, que nos leva àquilo que nomeamos como “a dialética da espiral do desastre”. Diante desse problema, este ensaio percorre uma travessia a partir da literatura machadiana em *Quincas Borba* e do Humanitismo, passando por reflexões que apontam para caminhos alternativos no Antropoceno. Olhar para o passado pode ser uma chave-reflexiva para projetarmos outros futuros possíveis?

PALAVRAS-CHAVE: Antropoceno. Desastres. Grande Aceleração. Futuro. Humanitismo.

Quincas Borba, the Anthropocene and its disasters

ABSTRACT: The discussions around the Great Acceleration, a concept that marks the exponential increase in the extraction of natural resources, and the Anthropocene as a product and producer of



disasters are the triggering themes of this essay. The current systemic crisis is a direct consequence of an ecologically unsustainable civilizational model. However, the homogeneous view of the human species from the perspective of the Anthropocene is simplistic. But, what the narrative behind the scorched earth scenarios about the social construction of the disaster? And about the paths that point to alternative solutions? This essay stages a critical revision of the Anthropocene, with the aim to repositioning human action in the production of disasters not as central but as an unfolding of a certain mode of social organization, which leads us to what we call “the dialectic of the spiral of disaster.” Faced with this problem and starting from Machado de Assis' literature in *Quincas Borba* and of his Humanitism, this essay proposes alternative ways for Anthropocene. The central question is: Will looking at the past can be a reflective key for us to project other possible futures?

KEYWORDS: Anthropocene. Disasters. Great Acceleration. Future. Humanitism.

Estamos vivendo no Antropoceno?

Em uma contabilização dos grandes desastres socioambientais a nível mundial que ocorreram desde 1900, é possível observar uma curva que ascende rapidamente em 1950, atingindo um crescimento exponencial a partir da década de 1990 (Crozier; Glade, 2005). Existem diversas formas de entender esses dados. Por um lado, pode-se argumentar que o maior número de desastres em tempos recentes se dá pela facilidade de seu inventário, num mundo onde a informação é mais rápida. Por exemplo, a grande erupção do Monte Tambora em 1815 na Indonésia, que provocou o “ano sem verão” em boa parte do Hemisfério Norte, mal foi relatada fora da Ásia. Quando houve a erupção do Krakatoa em 1883, no mesmo arquipélago, levaram alguns dias para que todo o mundo ligado ao telégrafo soubesse de sua existência (Winchester, 2004). Hoje podemos ter notícias e imagens em tempo real de qualquer fenômeno desse tipo.

Em consonância aos dados do *The International Disaster Database* (EM-DAT), nota-se que esta curva ascendente de acontecimentos, com expressivo aumento a partir de 1990, não é exclusiva da ocorrência de desastres (Guha-Sapir et al., 2012). Diversos trabalhos apontaram a extrema coincidência de curvas do mesmo tipo para a produção de alimentos, a geração de energia, a degradação de terras agrícolas e a quantidade de dióxido de carbono lançado na atmosfera. O



conceito de “Grande Aceleração” foi concebido a partir da análise conjunta desses diferentes dados. Ademais, a ocorrência de desastres revelada pelos dados do EM-DAT parece seguir de perto o crescimento populacional, cujo aumento exponencial provocou, como efeito colateral, a explosão de habitações em áreas com urbanização precária, ambientalmente sensíveis e geologicamente instáveis.

Entretanto, não é somente o crescimento da população o indutor dos desastres, sendo preciso cautela ao analisar esses dados para que a afirmação não represente uma visão malthusiana. Até mesmo porque, ao passo que aumenta o contingente populacional, aumenta-se também a capacidade de consumo de mercadorias produzidas pelo capital, bem como ampliam-se demandas de mercado antes inexistentes. Cria-se a mercadoria e, a partir dela, inventa-se a demanda de consumo pelo marketing e pela publicidade. Com mais consumidores, mais mercadorias são produzidas e mais necessidades – em grande maioria dispensáveis, diga-se de passagem – são inventadas pelo capital. Aumenta-se, assim, a exploração de recursos naturais como matéria-prima e de água e energia para a manutenção dessa cadeia de produção.

Paralelamente ao crescimento populacional e ao avanço da exploração de bens naturais, observa-se a concentração abissal de renda, o aumento do poder do capital monopolista e, como face dialética dessa riqueza, o aumento da precarização e da vulnerabilidade. Nas cidades, na medida em que seletos grupos concentram capital em terras (consideradas reservas de valor), gera-se uma pressão sobre o território e a quantidade de pessoas habitando áreas de risco e ambientalmente frágeis aumenta na mesma proporção. Assim, o modo como essa ocupação do território se processa é um indutor de diversas formas de desastres. No Brasil, bem como em diversos outros países do Sul-Global, essa ocupação do território acontece de maneira desordenada – ou melhor, ordenada pelo capital –, cedendo aos imperativos do mercado, com restrição dos espaços decisórios de participação popular (Maricato, 2015).

A Grande Aceleração, por sua vez, acompanha o conceito de Antropoceno, proposto por Crutzen; Stoermer (2000) para dar conta de uma era geológica na qual se torna evidente a predominância da ação humana e a imposição de seus modos de ordenamento social sobre os ciclos naturais. Contudo, a ideia de um período geológico marcado pela presença da humanidade não é nova. Desde o



estabelecimento das colunas estratigráficas, no século XIX, a questão de um “período humano” foi alvo de inúmeras discussões (Picanço; Mesquita, 2018).

O debate sobre a existência de um período chamado Holoceno, como proposto por Paul Gervais em 1864, veio a substituir o uso do termo “Recente”, tal como usado por Charles Lyell em seu livro “Principles of Geology”, de 1833 (Davis, 2011). O conceito de Holoceno (de *holos*, completo) traria uma visão de que, com o surgimento da sociedade humana, a história natural teria, de uma certa maneira, encerrado seu ciclo. No entanto, o conceito de Holoceno demorou a ser aceito pela comunidade geológica, dando origem a outras proposições, como o conceito de Noosfera, elaborado pelo cientista soviético Vernadski (Grenier, 2000), e o conceito de Tecnógeno (Ter-Stepanian, 1988). Graças à influência de Vladimir Vernadski, o termo Antropógeno foi amplamente usado na antiga União Soviética, em lugar de Holoceno (Davis, 2011). Em meio a essas disputas, recentemente, a proposta de um novo período chamado Antropoceno, mesmo tendo surgido fora da comunidade geológica, ganhou apoio dentro das comissões estratigráficas (Zalasiewicz et al., 2008) e vem adquirindo grande relevância nos debates sobre as questões ambientais contemporâneas.

Antropoceno: produto e produtor de desastres

A proposta original de Crutzen; Stoermer (2000) para o Antropoceno envolve um período geológico que teria começado com a primeira Revolução Industrial, por volta de 1750. Todavia, não há um consenso sobre o seu início, com discussões que variam desde proposições que englobam todo o período Holoceno, a chamada “Revolução Neolítica”, até proposições que se dão a partir das grandes navegações imperialistas e as primeiras explosões nucleares (Lewis; Maslin, 2015). Não obstante, essa não é uma discussão fácil, pois engloba não somente um novo período geológico, mas todos os seus avanços e os seus passivos.

O que é possível afirmar concretamente é que a discussão sobre o Antropoceno, vinculada ao debate da Grande Aceleração e das mudanças climáticas, traz consigo uma “atmosfera alarmante” – no sentido estrito e figurado. O uso intensivo de recursos naturais (inclusive a fertilidade do solo) é uma grande fonte de preocupações há séculos (Saito, 2021). A incessante demanda de matérias-primas para a produção de mercadorias criadas com a finalidade de extração de valor, combinada



ao crescimento populacional, à pressão por alimentos, energia e água potável, pode levar – como já vem acontecendo localmente – a cenários de desastres e colapso ambiental.

No entanto, tomar a humanidade como um todo homogêneo nesses cálculos da Grande Aceleração e na demarcação do Antropoceno pode encobrir diversas questões importantes que envolvem variáveis econômicas e políticas. Se analisarmos o crescimento da população urbana, do consumo de fertilizantes, das grandes barragens para disposição de rejeitos ou do uso de água, os dados indicam que o aumento da extração de recursos naturais parece vir de países em desenvolvimento, como os que fazem parte do grupo dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) (Steffen et al., 2015). Ao passo que os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) – os países ditos desenvolvidos – mostram, paralelamente, uma taxa menor de crescimento na demanda por matérias-primas, em contrapartida a uma maior concentração e a um consumo mais elevado de produtos criados a partir desses recursos (Steffen et al., 2015).

A partir do acúmulo da tradição crítica latino-americana (Quijano, 1978; Svampa, 2020), reflexões como a supramencionada atualizam a ideia de que os processos de produção social do espaço estão vinculados tanto às peculiaridades de suas formações sociais quanto à integração subordinada de países do Sul-Global no sistema econômico mundial (Ribeiro; Diniz, 2022). Indo além, Covarrubias; Raju (2020) afirmam que o neoextrativismo – conceito que enfatiza a (re)orientação dos países ditos subdesenvolvidos para atividades principalmente extrativistas ou baseadas em rendas (Svampa, 2020) – desdobra-se no contexto dos esforços da governança do risco a desastres.

Para Covarrubias; Raju (2020), os processos sociais, políticos e econômicos globais estão levando a uma proliferação de desastres profundamente entrelaçados com a compreensão hegemônica do desenvolvimento. Afinal, as áreas de risco a desastres e desprovidas de urbanização foram e continuam sendo ocupadas pela população vulnerabilizada pelos arranjos econômicos do capital. E, muitas vezes, as populações são removidas de áreas seguras e empurradas para as áreas de risco em nome da promoção do desenvolvimento e do progresso, amplificando o cenário de desastre iminente.

Nesse sentido, reflexões sobre o neoextrativismo devem ir além da centralidade dos mercados de commodities, buscando os vínculos dessas atividades com os circuitos da logística, das finanças e da própria produção do espaço urbano, que se estendem para além das áreas de extração de recursos



naturais propriamente ditas (Ribeiro; Diniz, 2022). Concordando com a hipótese de Covarrubias; Raju (2020), a produção social do risco a desastres, bem como seus modos de gestão, está embutida no discurso do desenvolvimento, que opera como um dispositivo político da governamentalidade neoliberal, introduzindo os países ditos subdesenvolvidos em uma “urbanização dependente” (Ribeiro; Diniz, 2022).

Com exceção dos fenômenos ligados à dinâmica interna do planeta, como vulcanismo e terremotos, os fenômenos naturais que provocam os desastres mais letais são os desencadeados por fenômenos hidrológicos e climáticos, como os movimentos de massa deflagrados por eventos pluviométricos, as inundações e as tempestades (Guha-Sapir et al., 2012). O risco associado a esses desastres está relacionado à ameaça do evento – ou seja, suscetibilidade geológica/hidrológica de ocorrência num determinado lugar, sua magnitude e frequência – e à vulnerabilidade da população exposta (Maskrey, 1993). Isto posto, cabe ressaltar que a vulnerabilidade é um fator de enorme relevância na produção dos cenários de risco, ainda que insuficientemente considerada pela gestão pública nas políticas de gestão e redução do risco a desastres.

A situação de risco que se instala após a ocupação humana em áreas ambientalmente sensíveis é agravada pelo desmatamento das encostas e das matas ciliares, por cortes de aterro indevidos, pela ocupação das planícies de inundação, das áreas de várzea e estuários, pela degradação dos mangues e pela gestão inadequada dos resíduos sólidos, esgotos e das águas pluviais nas áreas urbanizadas. Isso evidencia como as mudanças antrópicas interferem na paisagem, produzindo cenários de risco que afetam, principalmente, a sociedade e seu modo de ordenamento – trazendo impactos maiores a determinados grupos vulnerabilizados.

Não obstante, partindo da convergência entre Grande Aceleração e Antropoceno, a questão dos eventos extremos abre um debate ainda incipiente, mas de suma importância. No discurso sobre as mudanças climáticas, tal como se desenvolveu no meio acadêmico ocidental (principalmente naquele eurocentrado), na mídia e nos grupos que formulam as políticas ao longo dos últimos séculos, diz-se que o problema foi criado por todos nós. O aquecimento global é, portanto, culpa da espécie humana como um todo.

No entanto, a figura do *Anthropos* – do grego, humano – na superfície da Terra se apresenta como uma enorme variedade de versões e possibilidades. Desse modo, por mais que a narrativa do



Antropoceno seja importante para demarcar e mensurar fenômenos e efeitos, ela nos desloca da natureza ao tratar a humanidade de maneira homogênea e em termos de poder e desigualdade face ao sistema Terra. Ao tornar a experiência humana ou as atividades antrópicas uma força fora de controle e acima da natureza, a ideia de colapso ambiental triunfa como produto da ganância. Todavia, como há diferentes trajetórias humanas e diferentes países com suas diversidades sociais internas, revela-se a necessidade de compreender a historicidade da genealogia da crise ecológica que configura os desastres. Apesar de mostrar as taxas e a velocidade das mudanças ambientais (o que é importante e necessário), o Antropoceno pode ofuscar as concepções ontológicas, históricas e políticas da crise. Assim, o Antropoceno deve ser entendido como produto e produtor dos desastres, mas não a partir da figura humana como central ao debate.

Isto posto, o que se propõe aqui é um deslocamento na visão acerca do Antropoceno, no intuito de reposicionar a ação humana na produção dos desastres não como central, mas como desdobramento de um *determinado* modo de organização social, que nos leva àquilo que nomeamos como “espiral do desastre”. Até mesmo porque, no limite, as consequências do modelo de ordenamento social hegemônico impactam, principalmente, a nossa própria espécie e nossos modos de vida tão diversos; a Terra, enquanto corpo geológico, resistirá ao Antropoceno – ainda que não a Terra como a conhecemos hoje.

A dialética da espiral do desastre

A cosmovisão colonial que parte do dualismo e da alienação entre sociedade e Natureza implica em uma cisão entre a Humanidade e o meio no qual ela se insere. Ao que, na perspectiva de Ailton Krenak (2019), nos aliena desse organismo de que somos parte, a Terra, e passamos a pensar que ela é uma coisa e nós, outra: a Terra e a Humanidade. Nesse sentido, a práxis capitalista se reproduz como se as ações humanas não interagissem com o ambiente natural de maneira dialética, onde as dinâmicas do sistema natural também influenciam nas formas de vida humana. De maneira análoga à fetichização da mercadoria (Marx, 2015), esse fenômeno da alienação entre sociedade e Natureza toma a reprodução social como apartada e independente do meio natural. Assim, oculta-se nessa relação que um ecossistema ecologicamente equilibrado é fundamental para a manutenção da



biodiversidade que engloba, inclusive, a nossa própria reprodução enquanto espécie. “Desde que somos gente, somos bicho” (Ribeiro, 2019, p. 322).

Esta alienação reflexo da colonialidade se vale da divisão entre o sistema natural e as relações sociais na tentativa de subordinar o primeiro aos interesses do segundo. Como disse Francis Bacon, ainda no século XVI: “conhecer [os fenômenos da natureza] para dominar”. Isso é notável não somente na ciência, mas na forma como o discurso científico é apropriado pelo Estado em sua tomada de decisão e pela mídia que veicula os acontecimentos. Como contradição, nota-se a afirmação do Antropoceno ao mesmo tempo em que se toma os desastres como naturais, partindo da perspectiva de que os eventos extremos são produtos da “fúria da natureza”, como retratado em matérias da grande mídia.

Também é recorrente na mídia atrelar-se o entendimento de desastre a uma grande desgraça (infortúnio, infelicidade), a uma fatalidade (acontecimento imprevisível, inevitável, marcado pelo destino) ou até mesmo a uma catástrofe (Monteiro; Zanella, 2019). Concepções como estas abrem brechas para discursos em que a natureza é tomada como um inimigo externo. Em certa medida, essa crença de que os desastres são eventos que demonstram a “fúria da natureza” influencia em uma gestão de riscos que se ancora na hipervalorização de medidas preventivas de monitoramento pluviométrico e climático de um fenômeno natural que pode vir a deflagrar esse desastre. Como se o desencadeamento do desastre fosse resultado das chuvas – o inimigo a ser monitorado –, o que representa uma “racionalidade socialmente simplificadora” (Valencio, 2014).

A naturalização do desastre abre margens para discursos de desresponsabilização social. Enquanto se mantiver no senso comum e nas reflexões teóricas sobre o tema a premissa de que os desastres são naturais, não avançaremos na prevenção e na atenção aos desastres. Isto porque os desastres em áreas urbanas, provocados por escorregamentos, enxurradas e inundações, são resultados de processos sociais associados a ameaças naturais geológicas e hidrológicas, e não por elas determinados.

Por sua vez, a desnaturalização dos desastres comumente chamados de naturais traz consigo uma mudança de paradigma. Analisar os desastres causados por fenômenos naturais a partir da totalidade é abrir precedentes para novas concepções – por exemplo, de que a realidade expressa em uma área de risco é determinada por vários fatores, não somente aqueles de ordem geológica



ou geotécnica. Por isso, faz-se importante evidenciar formas de compreender não somente a gênese dos cenários de desastres ditos naturais, mas o que está na essência daquilo que qualificamos como espiral do desastre, e que impede que seja fortalecida, de fato, uma resiliência socioecológica nos territórios e comunidades expostos aos desastres.

A dialética da espiral do desastre se ancora, então, na lógica capitalista de produção para extração de valor, de mercantilização da habitação e de negação do direito à cidade. Consequentemente, esse modo de produção (econômico) do espaço segrega determinados grupos, impedindo-os de acessar as áreas ambientalmente seguras, ecologicamente equilibradas e com equipamentos públicos de qualidade. Com isso, essa população é empurrada para as áreas de risco a desastres e, quando removida pelo Estado, as áreas desocupadas são novamente ocupadas por outros grupos também carentes de recursos e habitação.

A isso entende-se como dialética da espiral do desastre. Afinal, a pobreza, como face dialética da riqueza de quem lucra com a mercantilização da terra e da habitação, é incessantemente produzida no sistema capitalista; e o direito à cidade e à moradia digna não são universalmente garantidos, apesar de preconizados pela lei. Desse modo, tratar os desastres como naturais é ignorar que o risco é socialmente construído pela dinâmica de produção do espaço urbano. Dinâmica essa, como dito anteriormente, baseada em uma urbanização dependente.

Embora a perspectiva teórica de desnaturalização dos desastres conte com uma longa tradição científica (García-Acosta, 2021; Maskrey, 1993), ainda se faz necessário tensionar esse debate. Em muitos campos de pesquisa, como a engenharia civil, a geologia e a geotecnia, por exemplo, a ênfase dada à ameaça natural revela como a ausência de uma compreensão holística do processo leva à supervalorização de determinados métodos e soluções que, além de não expor a problemática a partir de uma genealogia do desastre, nos situa em uma dinâmica que busca soluções imediatas, pontuais e simplistas para problemas absolutamente complexos.

Visto que o desastre, em si, é produto de determinações sociais, propomos aqui a conceituação da dialética da espiral do desastre como um movimento que busca ressaltar, não somente à comunidade científica, mas à própria mídia que veicula esses acontecimentos, que todo desastre comumente chamado de natural é, na realidade, antropogênico. Afinal, o risco é uma construção social, e os desastres – tal como conhecemos hoje – são produtos da modernidade (Beck, 2011). O



Antropoceno e sua relação com os desastres, por fim, nos atentam aos fatos históricos de que a distribuição de riscos e as riquezas se atêm ao esquema de classes, porém, de modo inverso: as riquezas se acumulam em cima, e os riscos, embaixo; reforça-se, assim, a sociedade de classes.

Ao vencedor, as batatas?

Alexander Humboldt observou a emergência do que viria a ser nomeado Antropoceno visitando paisagens latino-americanas ainda no fim do século XVIII, quando, em 1799, diagnosticou a degradação ambiental de um lago conexo ao Rio Orenoco, na foz de onde hoje é a Venezuela. O naturalista não somente percebeu, como demonstrou, em sua obra *Quadros da Natureza*, que “física, química e botânica se interpenetram como saberes conexos, assim como a geologia, a astronomia, a economia, a estatística, as ciências da linguagem e, finalmente, a política” (Dunker, 2022, p. 61). Dunker (2022) situa-o como exemplar de uma espécie de cientista universal que dali em diante desaparecia – haja vista a centralidade que a tecnocracia e a especialização de saberes adquiriram nos dias de hoje em diversas searas científicas, mas, especialmente, no tema das mudanças climáticas e da governança do risco a desastres.

Várias são as teses que corroboram o que Marx (2015) disse no século XIX: que a dicotomia humano-natureza criada a partir da alienação no capitalismo levaria à ruptura desse socio-eco-metabolismo (Foster, 2010). O resultado são as crises multidimensionais que podem ser entendidas, também, como os cenários de desastres múltiplos e frequentes que marcam o capitalismo tardio. Isto porque a visão utilitarista que é central à produção de mercadorias para o capital trata a natureza como produto do desenvolvimento humano, sem levar em conta os limites naturais do geossistema. Essa visão instrumentalista está arraigada no antropocentrismo, que é consequência de uma construção colonial – uma armadilha que nos prende a uma forma monolítica de ser e estar no mundo e em sociedade.

A colonialidade tem, ao longo dos séculos, encenado fantasias imperiais que buscam inscrever no espaço geográfico não apenas formas materiais de ser, mas também formas imaginárias e sua simbolização. Nesse caminho, a chancela da bússola colonial determinou os lugares físicos a serem espoliados e expropriados, e determinou o prestígio e a importância dos lugares também simbólicos



e imaginários. Já disse Mark Fisher (2020): é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo.

Ainda assim, rejeitamos e temos medo de quem ousa sonhar possibilidades de um mundo por vir, das alternativas fora do horizonte capitalista. Existe uma peculiaridade nesse modo de coesão social que tem o medo como afeto central: toda mudança é pior. Essa forma de poder baseada nesse circuito de afetos produz um modelo marcado pela paralisia que bloqueia qualquer imaginação política, um desencantamento. Safatle (2016) afirma que é nessa paralisia que o processo de poder (de uns sobre outros) se garante. Com isso, o Antropoceno se consolida como incontornável – tanto que já cravado na litosfera, tendo em vista as recentes descobertas de ocorrências de análogos de rochas com detritos plásticos na Ilha de Trindade, arquipélago brasileiro a sudeste do Oceano Atlântico (Santos et al., 2022).

Em uma interpretação do Antropoceno a partir de Machado de Assis, Christian Dunker resgata o seguinte trecho de *Quincas Borba*:

— O encontro de duas expansões, ou a expansão de duas formas, pode determinar a supressão de uma delas; mas, rigorosamente, não há morte, há vida, porque a supressão de uma é a condição da sobrevivência da outra, e a destruição não atinge o princípio universal e comum. Daí o caráter conservador e benéfico da guerra. Supõe tu um campo de batatas e duas tribos famintas. As batatas chegam para alimentar uma das tribos, que assim adquire forças para transpor a montanha e ir à outra vertente, onde há batatas em abundância; mas, se as duas tribos dividirem em paz as batatas do campo, não chegam a nutrir-se suficientemente e morrem de inanição. A paz, nesse caso, é a destruição; a guerra é a conservação. Uma das tribos extermina a outra e recolhe os despojos. Daí a alegria da vitória, os hinos, as aclamações, recompensas públicas e todos os demais feitos das ações bélicas. Se a guerra não fosse isso, tais demonstrações não chegariam a dar-se, pelo motivo real de que o homem só comemora e ama o que lhe é aprazível ou vantajoso, e pelo motivo racional de que nenhuma pessoa canoniza uma ação que virtualmente a destrói. Ao vencido, ódio ou compaixão; ao vencedor, as batatas.

— Mas a opinião do exterminado?

— Não há exterminado. Desaparece o fenômeno; a substância é a mesma. Nunca viste ferver a água? Hás de lembrar-te que as bolhas fazem-se e desfazem-se de contínuo, e tudo fica na mesma água. Os indivíduos são essas bolhas transitórias. (Assis, 1891, p. 5)



O humanitismo de Machado de Assis, expresso no excerto acima, baseia-se na sobrevivência dos mais aptos e enxerga a guerra como forma de seleção da espécie a partir de uma aproximação com a teoria darwinista. Na filosofia machadiana, o personagem padece de uma “radical deficiência para negociar bens e interesses”, e isso acontece porque ele presume a escassez (Dunker, 2022, p. 68). O trecho que diz “os indivíduos são essas bolhas transitórias” simboliza uma desapareição sem resto. E é nesse ponto que o Antropoceno engendra sua regra de autodestruição (Dunker, 2022). As bolhas transitórias, nesse caso, somos nós, o *Antrophos*. Afinal, ainda que as condições normais de temperatura e pressão possam se modificar drasticamente, a Terra tem capacidade regenerativa ao longo do tempo profundo, o tempo geológico – como afirma a geologia, já se passaram momentos de “Terra de Fogo” e longos períodos de glaciação.

Ao rompermos com a ideia estruturada por trás do Antropoceno (destaca-se: romper com a ideia que o engendra, e não negar a demarcação do conceito científico), rompemos também com a culpabilização de populações que nunca contribuíram para a manutenção desse modelo, simplesmente por pertencerem à mesma espécie que os grandes empresários bilionários do Norte-Global. Ao rompermos com a ideia homogênea de civilização, nos aproximamos de uma cosmovisão que contempla nossa espécie numa relação simbiótica com o planeta. E, assim, percebemos que o problema não está, necessariamente, na espécie humana como um todo, mas sim na forma como uma minoria impõe sobre a maioria a concepção de que o modelo econômico vigente é mais importante que a Natureza e sua biodiversidade. Ou seja, rompemos com a ideia de que as únicas alternativas são a “desaparição sem resto” ou as batatas aos vencedores.

Reconhecer que somos parte dessa mesma natureza que buscamos conhecer para dominar – mercantilizando-a e produzindo riscos que desencadeiam em desastres e impactos que se escalonam – é o primeiro passo para encontrarmos brechas no presente que se abrem como oportunidade de mudança, de reconfiguração da forma como existimos. Posto isso, diante do cenário que se escancara hoje, com desastres cada vez mais frequentes que atravessam o planeta de Norte a Sul – ainda que com impactos maiores aos grupos mais vulnerabilizados pela estrutura social –, manifestamos aqui a recusa da presumida escassez, para que nos reste mais do que “apenas batatas” ou uma terra arrasada pela guerra de “disputa pelas batatas que restam”.



O personagem da história de Quincas Borba de Machado de Assis, Rubião, que se perde na cidade grande e nas engrenagens da modernidade buscando seu lugar primitivo no mundo, ao retornar à sua cidade natal, no interior de Minas Gerais, tentará reencontrar seu pertencimento nas origens. De maneira análoga, resgatar nosso percurso histórico coletivo pode ser um farol para esse novo mundo que queremos habitar; afinal, o futuro é um farol que se volta para o passado. Como diz o saber ancestral de muitos povos ameríndios: é preciso saber de onde viemos para sabermos quem somos e, assim, para onde vamos. Desse modo, o debate sobre o Antropoceno pode ser uma boa oportunidade de nos voltarmos ao tempo geológico para compreendermos a dimensão ética do que significa imprimir no planeta, a partir de um determinado modo de existência, registros geológicos e impactos ambientais que se estenderão por centenas de milhares de anos. Talvez assim, olhando para o passado, para o tempo profundo, possamos projetar outros futuros possíveis.

Bibliografia

ASSIS, Machado de. **Quincas Borba**. Fundação Biblioteca Nacional - Portal Domínio Público, 1891. Disponível em:

http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action&co_obra=2118

BECK, Ulrich. Sociedade de risco: **Rumo a uma outra modernidade**. Editora 34, 2011.

COVARRUBIAS, Andrés P.; RAJU, Emmanuel. The politics of disaster risk governance and neo-extractivism in latin america. **Politics and Governance**, v. 8, n. 4, p. 220–231, 2020.

CROZIER, Michael J.; GLADE, Thomas. Landslide hazard and risk: issues, concepts and approach. **Landslide hazard and risk**, p. 1-40, 2005.

CRUTZEN, Paul J.; STOERMER, Eugene F. Global change newsletter. **The Anthropocene**, v. 41, p. 17-18, 2000.

DAVIS, Robert V. Inventing the present: historical roots of the Anthropocene. **Earth Sciences History**, v. 30, n. 1, p. 63-84, 2011.

DUNKER, Christian. Estrangeiros em nossa própria morada. *In*: SECCHES, Fabiane (Org.). **Depois do fim: conversas sobre literatura e antropoceno**. Editora Instante, 2022, p. 59-71.

FISHER, Mark. **Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?** Autonomia Literária, 2020.



FOSTER, John B. **A ecologia em Marx: materialismo e natureza**. 2ª edição. Civilização Brasileira, 2010.

GARCÍA-ACOSTA, Virginia. La historia del concepto de desnaturalización de desastres. **Ciência & Trópico**, v. 45, n. 2, 2021.

GRENIER, Eugene. Vladimir Vernadsky: de la Biosphere à La Noosphere. **Fusion**, n. 89, p. 4–10, 2000.

GUHA-SAPIR, Debby et al. **Annual disaster statistical review 2011**: the numbers and trends. CRED 2012.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo (Nova edição)**. Editora Companhia das Letras, 2019.

LEWIS, Simon; MASLIN Mark. Defining the Anthropocene. **Nature**, 519.7542, 171-180, 2015.

MARICATO, Erminia. Para entender a Crise Urbana. **CaderNAU-Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas**, v. 8, n. 1, p. 11–22, 2015.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro 1 - O processo de produção do capital. Boitempo Editorial, 2015.

MASKREY, Andrew (Org.). **Los Desastres No Son Naturales**. Red de Estudios Sociales en Prevención de Desastres en América Latina. v. 1, 1993.

MONTEIRO, Jander Barbosa; ZANELLA, Maria Elisa. Desnaturalizando o desastre: as diferentes concepções teóricas que envolvem o conceito de desastre natural. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, v. 21, n. 1, p. 40-54, 2019.

PICANÇO, Jefferson; MESQUITA, Maria José. Uma breve história do tempo geológico: a questão do Antropoceno. **ClimaCom**, v. 5, 2018.

QUIJANO, Aníbal. Dependência, mudança social e urbanização na América Latina. In Fernando Almeida (Org.), **A questão urbana na América Latina: textos**. Editora Forense, 1978.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; DINIZ, Nelson. Financeirização periférica, neoextrativismo e urbanização dependente na América Latina. In: PÍREZ, Pedro; RODRÍGUEZ, María Carla (Org.). **Las políticas neoliberales y la ciudad en AL Desafíos teóricos y políticos**. Universidad de Buenos Aires, 2022.



RIBEIRO, Sidarta. **O oráculo da noite: a história e a ciência do sonho**. Editora Companhia das Letras, 2019.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. Editora Autêntica, 2016.

SAITO, Kohei. **O ecossocialismo de Karl Marx: capitalismo, natureza e a crítica inacabada à economia política**. Boitempo Editorial, 2021.

SANTOS, Fernanda Avellar et al. Plastic debris forms: Rock analogues emerging from marine pollution. **Marine Pollution Bulletin**, v. 182, p. 114031, 2022.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. Editora Elefante, 2020.

TER-STEPANIAN, George. Beginning of the Technogene. **Bulletin of the International Association of Engineering Geology**, 38(1), 133-142, 1988.

VALENCIO, Norma. Desastres: tecnicismo e sofrimento social. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, p. 3631-3644, 2014.

WINCHESTER, Simon. **Krakatoa: The Day the World Exploded**. Reino Unido: Penguin Books Limited, 2004.

ZALASIEWICZ, Jan et al. Are we now living in the Anthropocene?. **Gsa Today**, v. 18, n. 2, p. 4, 2008.

Recebido em: 15/10/2023

Aceito em: 15/11/2023

[1] Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo | Universidade Estadual de Campinas. Email: tgantus@gmail.com

[2] Instituto de Geociências | Universidade Estadual de Campinas. Email: jeffepi@unicamp.br